

Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

757

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 302/2024

Edital nº 050/2023 – Concorrência

PREÂMBULO

- 1.1 De um lado: O **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Marechal Deodoro, 70, inscrito no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001-09, representado pelo Prefeito **DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE** e;
- 1.2 De outro lado: **VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA, PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA**, empresa estabelecida na Rua Doutor Gastão Festugatto, nº 60, apto. 1101, Bairro Universitário, na cidade de Caxias do Sul - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 22.036.326/0001-01, representada por **VINICIUS DE TOMASI RIBEIRO**, doravante denominada **CONTRATADA**,

fundamentados nas disposições da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores e tendo em vista o que consta do Edital nº 050/2023 – Concorrência e do **Processo Administrativo nº 485/2023**, protocolado sob o nº 15.899/2023, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - É objeto deste, a contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para produção e entrega de um Plano de Gestão e Desenvolvimento da Paisagem do Vale dos Vinhedos PLAN-VALE, de forma que defina estratégias de proteção da área e paisagem, conforme solicitação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, Termo de Convênio FPE nº 603/2023, de acordo com os projetos, planilha de orçamento, cronograma e termo de referência, todos anexos ao Processo Administrativo nº 485/2023, que passam a fazer parte integrante deste contrato, independente de transcrição ou anexação e que devem ser obedecidos para a execução do objeto.

Parágrafo único – A descrição detalhada do objeto encontra-se no respectivo memorial descritivo.

DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução dos serviços contratados e se verificados os quantitativos estimados a **CONTRATADA** receberá o valor total de **R\$ 718.560,00** (setecentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais).

Parágrafo único - Nos preços ajustados estão inclusas todas as despesas com fretes, equipamentos, equipamentos mecânicos, viaturas, recursos humanos e materiais, encargos fiscais, sociais, comerciais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os pagamentos serão efetuados em parcelas, conforme medição e cronograma de prazos dos serviços efetivamente executados, atestados pelos fiscais do contrato, após aprovação do técnico fiscal do Ministério Público do RS, pelo Convênio, quando for o caso.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados com recursos oriundos do Convênio FPE nº 603/2023, bem como com recursos próprios, sendo que serão liberados somente após vistoria dos servidores públicos designados pelo **CONTRATANTE** como fiscais dos serviços e do contrato.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos estão condicionados à vistoria e liberação por parte da equipe técnica do **CONTRATANTE**, bem como à disponibilidade de recurso na conta específica.

CLÁUSULA QUARTA – Os valores da proposta somente sofrerão reajustes após o período de 1 (um) ano, mediante requerimento, com base na variação do IGPM, com base na Lei nº 9.069 de 29/06/1995 e Lei nº 10.192 de 14/02/2011, contados da data da apresentação da proposta, desde que não tenha ocorrido atrasos no andamento da prestação de serviços por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo Único – O reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for tempestiva, haverá a preclusão do direito.

CLÁUSULA QUINTA – As notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA** deverão ser emitidas até o último dia do mês que os serviços forem realizados e deverão ser individualizadas por dotação orçamentária, de acordo com os valores do material e da mão de obra constantes na planilha da proposta, que integra o presente Contrato, independente de transcrição ou anexação.

Parágrafo Primeiro – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de DANFE.

Parágrafo Segundo – É responsabilidade da **CONTRATADA** entregar sempre que necessário, as Certidões atualizadas (válidas) relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.

Parágrafo Terceiro – Todas as Anotações de Responsabilidades Técnicas deverão ser quitadas pela **CONTRATADA** e estarem vinculadas à ART ou à RRT de FISCALIZAÇÃO e ELABORAÇÃO DOS PROJETOS.

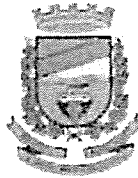
Parágrafo Quarto – As cópias das ARTs ou das RRTs de todos os serviços projetados serão conferidas pela FISCALIZAÇÃO designada. Somente após o seu visto, é que o primeiro pagamento será liberado.

CLÁUSULA SEXTA – Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos na conta bancária em nome da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A despesa resultante deste contrato correrá à conta de recursos do orçamento vigente, nas seguintes unidades orçamentárias:

Código Reduzido: 124
Órgão: 2 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 4 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO
Ação: 2206 - Manutenção das Atividades
Vínculo: 5000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Subelemento: 33390390500000000000 - Serviços técnicos profissionais

Código Reduzido: 101
Órgão: 2 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 4 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO
Ação: 1352 - Plano de gestão e desenvolvimento da paisagem do Vale dos Vinhedos.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

Vínculo:
Subelemento:

7010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados
33390390500000000000 - Serviços técnicos profissionais

DA VIGÊNCIA, PRAZO E RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA - Os serviços deverão iniciar em 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, expedida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano do **CONTRATANTE**, entregue mediante protocolo.

Parágrafo Primeiro – A emissão da Ordem de Início dos Serviços está condicionada à aprovação do processo licitatório e devida autorização por parte de toda a fiscalização envolvida.

Parágrafo Segundo - O prazo para recebimento da Ordem de Início de Serviços pela **CONTRATADA** é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação realizada pelo Setor competente, sob pena de aplicação de penalidades em caso de descumprimento. O prazo poderá ser prorrogado, por iguais períodos, se houver justificativa e a critério do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – O prazo máximo para a execução dos serviços é de **300 (trezentos) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, entregue mediante protocolo.

Parágrafo único - É de responsabilidade da **CONTRATADA** o controle temporal do prazo para execução dos serviços. Se, por algum motivo, o prazo precisar ser estendido, a **CONTRATADA** deverá protocolar pedido com no mínimo 30 dias de antecedência e apresentar justificativas plausíveis para a dilação deste prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA – Além dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8666/93 o contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificação judicial ou extrajudicial se a **CONTRATADA**:

- I – não cumprir com as cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - cumprir irregularmente ou com lentidão as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço, do fornecimento dos prazos estipulados;
- III - atrasar injustificadamente o início da obra, serviço ou fornecimento;
- IV - paralisar a obra, o serviço ou o fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- V – subcontratar, transferir ou ceder totalmente o objeto deste contrato a terceiros;
- VI – proceder a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- VII – desatender as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VIII - cometer reiteradamente faltas na sua execução;
- IX - falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
- X - demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O serviço será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano do **CONTRATANTE**, podendo ser rejeitado caso desatenda às especificações exigidas.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

Parágrafo único - Constatada qualquer irregularidade a **CONTRATADA** será notificada com prazo determinado para efetuar a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O recebimento do serviço dar-se-á:

I - Provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização, mediante "Termo de Aceitação Provisória", assinado pelos representantes de ambas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação da **CONTRATADA**;

II - Definitivamente, 90 (noventa) dias após o recebimento provisório e depois de nova vistoria, mediante "Termo de Aceitação Definitiva", assinado por ambas as partes.

Parágrafo único - O Termo de Recebimento Definitivo do serviço ora contratado será lavrado se tiverem sido atendidas todas as solicitações do **CONTRATANTE**, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer momento durante a execução e após solucionadas todas as reclamações porventura feitas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto executado, no qual se verificar vício, defeito ou incorreção resultante de má execução dos serviços ou dos materiais empregados.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O **CONTRATANTE** designa as **Arquitetas Melissa Bertoletti Gauer CAU A 41559-6 e/ou Magda Cobalchini CAU A 8339-9**, como responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento do serviço, bem como do contrato.

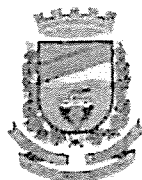
Parágrafo Primeiro - Os serviços serão fiscalizados por profissional legalmente habilitado, especialmente designado, servidor do Município, o qual realizará a sua função com autonomia.

Parágrafo Segundo - É assegurado a **FISCALIZAÇÃO** o direito de ordenar a suspensão dos serviços e até mesmo a paralisação dos mesmos, caso estes não se encontrem em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no neste contrato, ou quando a **CONTRATADA** não cumprir com suas obrigações legais, sejam elas descritas no processo licitatório ou no contrato como responsabilidades contratuais ou intrínsecas e emanantes do exercício profissional que defluem das normas regulamentadoras da engenharia e arquitetura como responsabilidade legal e preceitos ético-profissionais.

Parágrafo Terceiro - O **FISCAL** deverá emitir a ART ou a RRT, conforme o caso, de órgão público de **FISCALIZAÇÃO**, pois tem responsabilidade ético-profissional perante o **CONTRATANTE**, que lhe incumbiu a obrigação de assegurar a perfeição dos serviços, por isso mesmo, a revelação oportuna de eventuais defeitos do projeto, e, se não o fizer, responderá civilmente pela sua falta.

Parágrafo Quarto - O **FISCAL** deverá anexar ao Processo Administrativo nº 485/2023 uma cópia da ART de **FISCALIZAÇÃO**, para constar junto aos documentos solicitados à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto - Ao **FISCAL** caberá a verificação sobre o correto preenchimento, autenticidade e quitação das taxas, das Anotações de Responsabilidades Técnicas que serão apresentadas pela **CONTRATADA**.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

Parágrafo Sexto - A FISCALIZAÇÃO será exercida de acordo com os interesses do **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo Sétimo - A FISCALIZAÇÃO notificará a **CONTRATADA** sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas neste contrato, determinando sua regularização, ou, sendo o caso, remetendo a autoridade competente para a abertura de processo cabível.

Parágrafo Oitavo - A FISCALIZAÇÃO fará as aferições e elaborará a documentação necessária para a liberação de pagamentos, de acordo com as condições estabelecidas contratualmente.

Parágrafo Novo - A FISCALIZAÇÃO recusará os serviços que tenham sido realizados pela **CONTRATADA** em desacordo com as condições estabelecidas no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Caberá à CONTRATADA:

- a) fornecer todos os elementos materiais e humanos indispensáveis para a realização dos serviços;
- b) assumir integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes do serviço ora contratado, inclusive, acidentes, mortes, perdas ou destruição;
- c) assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;
- d) assumir as obrigações decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, resultantes da contratação dos serviços aqui ajustados, competindo-lhe exclusivamente, tais obrigações;
- e) refazer, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desobediência às normas técnicas vigentes, ao objeto contratado, às determinações e adequações da Fiscalização.

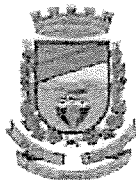
DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Em caso de inadimplência, o contratado estará sujeito às seguintes penalidades:

I - pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão dos serviços, nos prazos previstos neste contrato, será aplicada multa moratória na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até 30 (trinta) dias de atraso. Após esse prazo, a multa poderá ser calculada sobre o valor total do contrato. Contudo, a qualquer momento, em decorrência do atraso, poderá, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

II - pela não prestação dos serviços, de sua entrega e/ou de suas etapas, sem justa causa, será aplicado multa na razão de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

III - quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo Município, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

IV - pela subcontratação de serviços não permitidos será aplicada multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta, e no caso de reincidência será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

V - pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, neste caso, ser aplicada multa de até 30% sobre o valor total contratado;

VI - pelo descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, conforme a gravidade da infração cometida pela licitante vencedora, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A **CONTRATADA** obriga-se a garantir os serviços por 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, ficando responsável pela solidez e segurança, assim como em razão dos materiais empregados e os defeitos constatados nos serviços por ela executados deverão ser reparados no prazo estabelecido na comunicação do **CONTRATANTE**. Caso isto não ocorra o **CONTRATANTE** executará o serviço cobrando-o da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Na assinatura deste contrato, a **CONTRATADA** oferece, como garantia de execução, **caução em dinheiro**, através de depósito bancário junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, Agência Bairro Exposição – Caxias do Sul (fls. 749 do processo administrativo), no valor de **R\$ 35.928,00** (trinta e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, importância esta que será liberada após o recebimento definitivo do total da obra.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A **CONTRATADA** deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), registrada no Conselho respectivo, do Responsável Técnico pela execução dos serviços, sem a qual estes não poderão ser iniciados, juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A **CONTRATADA** não poderá o substituir o responsável técnico, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do Município, satisfeitas todas as exigências do Edital nº 050/2023 - Concorrência, nos termos do artigo 30, § 10 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O(s) profissional(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) ser o(s) único(s) responsável(is) em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, devendo comparecer ao local da obra ou serviço sempre que solicitado pela fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Este contrato poderá ser alterado na forma prevista no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e prorrogado na forma da Lei, se houver interesse do **CONTRATANTE**.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A **CONTRATADA** deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas na abertura da licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições contidas no Edital nº 050/2023 – Concorrência, na Lei de Licitações e nas legislações vigentes sobre a matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Qualquer tolerância ou concessão do **CONTRATANTE** para com a **CONTRATADA**, quando não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocada para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - É competente o Foro da Comarca de Bento Gonçalves para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E por estarem assim certas e ajustadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme.

Bento Gonçalves, 30 de julho de 2024.

MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Diogo Segabínazzi Siqueira

MELISSA BERTOLETTI Assinado de forma digital por MELISSA
BERTOLETTI GAUER.94685436091
GAUER:94685436091 Dados: 2024.07.30 14:46:43 -03'00'

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO - IPURB
Melissa Bertoletti Gauer

Documento assinado digitalmente
gov.br VINICIUS DE TOMASI RIBEIRO
Data: 31/07/2024 19:30:49 -0300
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA, PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA
Vinicius De Tomasi Ribeiro

Testemunhas:

Processo Administrativo nº 485/2023
Protocolo nº 15.899/2023



BENTO GONÇALVES

Diário Oficial

Edição Diário Oficial Nº 2544/2024 - ORDINÁRIA

76JR
Data: 07/08/2024

Hora: 15:44:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RESUMOS - CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

RESUMOS - CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS 302/2024, de 05/08/2024

RESUMOS

Contrato de Prestação de Serviço Nº 302/2024 – Edital Nº 50/2023-Concorrência - Objeto: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para produção e entrega de um Plano de Gestão e Desenvolvimento da Paisagem do Vale dos Vinhedos PLAN-VALE, de forma que defina estratégias de proteção da área e paisagem. **Contratada:** VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA, PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA **Valor Total: R\$ 718.560,00** (setecentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta reais). **Processo:** 485/2023.

Elisiane Schenato - Secretária Municipal De Finanças